

**O saldo positivo de uma semana conturbada**

A semana passada, que começou tão conturbada e ameaçadora com os distúrbios de Guariba, teve, afina de contas, um “final feliz”, comprovando, mais uma vez, a ocorrência de alguns fenômenos auspiciosos para o futuro deste país: o amadurecimento político e social cada vez maior dos habitantes do País real, que os tem levado a, por baixo de toda a retórica diversionista dos totalitários disfarçados em direitistas, identificar cada vez mais claramente onde se encontra a verdadeira fonte de seus problemas, e tem permitido que — apesar da ação dos profissionais da baderna e da ação adversa dos habitantes do País oficial com suas leis desligadas da realidade, que já não são respeitadas por ninguém — se estabeleça um diálogo cada vez mais profícuo, ainda que áspero, como não poderia deixar de ser, entre empregados e empregadores, no qual não interfere a ideologia e prevalecem o bom senso e o realismo.

Guariba foi um exemplo completo. Foram duas as lutas travadas ali. Numa delas — a que se travou entre empregadores e empregados — a vitória foi, mais uma vez, do Brasil. O reconhecimento desta grande arma da democracia, que é o direito de paralisar o trabalho sempre que houver um impasse no estabelecimento das condições em que este deverá ser feito, chega agora também ao campo. A ação exemplar do governo do Estado, nas pessoas do secretário do Trabalho, Almir Pazzianotto, e do secretário de Governo, Roberto Gusmão, colocando-se — como é função do governo — como mediador imparcial entre as duas partes em litígio para ajudar a encontrar a sempre possível solução racional da questão, foi decisiva para impedir que a manipulação do movimento pelos totalitários acabasse provocando uma tragédia que poderia interromper definitivamente a marcha do Brasil para a democracia, da qual já estamos tão próximos. Para os “bóias-frias” — esta de trabalhadores colocados à margem do processo econômico por uma legislação irrealista, imposta em seu nome pelos demagogos que infestam este país — ficou a constatação de que não é na violência que está a sua arma, mas na sua organização e na utilização, quando necessário, da arma da greve, direito que só instituições democráticas podem garantir-lhes. Digam o que disserem os totalitários, quando à questão trabalhista envolvida nos acontecimentos de Guariba, o que aconteceu foi a repetição de um fenômeno que se tem repetido por todo o Brasil: quando se trata de empresas onde patrões que, apesar da crise em que o País está mergulhado, estão em condições de oferecer aos seus empregados mais do que permite a legislação federal, passa-se por cima da lei, em nome do interesse objetivo e comum de trabalhadores e empregadores, e os acordos têm sido feitos de modo a satisfazer — na medida do possível e do que a crise permite — a ambos. E isso porque as duas forças que se defrontam nestes embates estão em igualdade de condições e são interdependentes, o que leva, necessariamente, a transformar no fiel da balança apenas a força dos argumentos de cada lado. A democracia não é mais que o sistema que fornece um método para garantir a continuação desse jogo de interesses de modo equilibrado e a colheita contínua, em benefício de todos, dos frutos desta aliança objetiva entre o capital e o trabalho contra a terceira grande força, que é o Estado. No caso de Guariba, o fato de 90% das reivindicações dos bóias-frias terem sido atendidas é a prova do que estamos afirmando.

A violência que maculou o movimento dos “bóias-frias”, e com a qual se procura confundir o seu verdadeiro significado, teve, na verdade, um alvo inicial preciso: o abuso do poder econômico pelo braço empresarial do Estado personificado pela Sabesp. Foi contra ela que os “bóias-frias” usaram a força e expressaram sua revolta maior, como o prova a repetição dos ataques em várias outras cidades do interior paulista onde não havia questões trabalhistas em jogo. E foi também, como não poderia deixar de ser, apenas nesta luta que aqueles

trabalhadores foram derrotados. E isso porque ela foi travada entre forças inteiramente desproporcionais: o Estado e seus interesses delineados pela sede de poder insaciável de alguns e pela mecânica perversa do seu ininterrupto agigantamento, de um lado, e os direitos de alguns trabalhadores, sem amparo em instituições sólidas capazes de controlar esse poder, do outro. E, no entanto, aqueles que se vivem apresentando como os defensores da causa do povo neste país são os primeiros não só a impedir qualquer medida que vise a barrar o avanço do Estado sobre todas as áreas de atividade deste país, mas a promover a aceleração deste avanço, e, o que é pior, afirmando fazer isso em nome deste mesmo povo que tem deixado bem claro o que pensa a respeito atacando as sedes regionais da Sabesp com facões e picaretas nas mãos.

Mas como é possível que isso continue acontecendo? É a partir desta pagante que nossos políticos da oposição precisam tirar as lições que este episódio — e tantos outros — está a lhes oferecer. Já não é mais possível — diante deste rápido processo de maturação política que se manifesta em todo o País — que as oposições continuem funcionando como uma frente que engloba todo tipo de radicais num processo que a leva a ficar com sua ação totalmente emperrada pela impossibilidade de definições mais precisas, em que os representantes de cada coerente lutem claramente dentro da faixa de atuação que escolherem, permitindo assim aos eleitores definir qual delas corresponde aos seus anseios. E, mais importante, permitindo aferir claramente para onde a maioria dos brasileiros quer que o Brasil se encaminhe.

Uma frente oposicionista ideologicamente heterogênea podia justificar-se nos momentos em que o Brasil vivia sob regimes francamente autoritários e era necessária a aliança de todos contra um inimigo comum. Hoje, quando a liberdade de ação e de expressão de todos os grupos está garantida, e apenas um passo — o da eleição direta do presidente da República — nos separa de um regime democrático pleno, nada justifica que um pequeno grupo de totalitários sem nenhuma legitimidade eleitoral domine a atuação de um partido que — como o PMDB — representa, afinal de contas, uma ampla faixa da população na qual se inclui o operário ainda não submetido à ditadura sindical do Lula, a pequena burguesia e a classe média brasileiras, esta mesma burguesia e classe média que esses totalitários afirmam querer destruir. Não há mais nada que justifique que o presidente deste partido — “consulte”, a cada passo e em igualdade de condições, o presidente de um pequeno partido totalitário e retrógrado como o PT — que em termos nacionais obteve menos de 1% dos votos nas últimas eleições — sobre cujas intenções não pode pairar nenhuma dúvida, a partir do momento em que ele declara, textualmente, aos jornais. “Eu prefiro que o Maluf vença, para que a gente possa ficar de boca aberta, criticando, continuar a luta. Elegendo o Tancredo com o nosso auxílio, teremos de concordar com tudo que ele fizer”. (Diga-se de passagem que, dizendo isso, Lula está sendo de uma coerência irrepreensível: é evidente que o caminho mais curto para a realização do seu sonho totalitário passa por Maluf na Presidência.)

Não há nada que justifique, ainda que essas eternas figuras das sombras que medram na chamada “Igreja progressista”, no PT, no PC com “B” ou sem “B”, no MR-8, na Convergência Socialista e em quantos outros fanáticos do totalitarismo que ainda sobrevivem neste final de século XX entre nós continuem instrumentalizando movimentos espontâneos como os de Guariba, para tentar transformá-los no rastilho da bomba com a qual procuram explodir o processo de democratização no Brasil. Não há nada que justifique que, com o aval objetivo do PMDB, continuem, em nome da agitação pura e simples, levando categorias como a dos motoristas de ônibus a embarcarem numa greve “furada” que, se tivesse sido feita pelo caminho democrático, provavelmente teria, para a categoria, o mesmo resultado que a dos “bóias-frias”, mas, desvirtuada antes de começar, só serviu para desmoralizá-los.

Não há nada que justifique, finalmente, que se continue negando aos brasileiros — e falamos agora da oposição, e não do governo — o direito de escolher, claramente, que corrente apoiar com seu voto.

